

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.070 - SC (2018/0276920-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : M 7 COMERCIO DE MALHAS LTDA  
**ADVOGADOS** : SAMUEL GAERTNER EBERHARDT - SC017421  
MARCO ALEXANDRE SOARES SILVA E OUTRO(S) -  
SC017420  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL

**EMENTA**

**TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PIS E COFINS. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. DECRETO 8.426/2015. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MATÉRIA DE REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. TEMA 939, RREE NS. 986.296/PR e 1.043.313/RS. SOBRESTAMENTO DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por M 7 COMÉRCIO DE MALHAS LTDA., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 705 e-STJ):

TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. RECEITAS FINANCEIRAS. DECRETO 8.426/2015. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E NÃO CUMULATIVIDADE. FERIMENTO. INEXISTÊNCIA. DESPESAS FINANCEIRAS. APURAÇÃO DE CRÉDITO. INCABIMENTO.

1. As receitas financeiras tornaram a ficar sujeitas às alíquotas de PIS/COFINS, por força do art. 1º do Decreto nº 8.426/15, porém com percentuais diferenciados - e reduzidos - em relação às demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.
2. O princípio da legalidade - e respectiva tipicidade, que exige uma definição taxativa e completa dos elementos essenciais da obrigação tributária - foi atendido na medida em que as contribuições tinham as suas alíquotas e respectivas bases de cálculos definidas em lei ( Leis 10.637/02 e 10.833/03).
3. Os créditos de PIS/COFINS que podem ser deduzidos dos débitos são presumidos e, como tal, dependem de lei específica, frente ao disposto no art. 150, § 6º, da CF, inexistente na espécie.
4. A Lei 10.865/04, ao mesmo tempo em que autorizou a redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre as receitas financeiras, alterou a redação do inciso V do art. 3º das Leis 10.833/03 e 10.637/02, deixando de autorizar a apuração dos créditos sobre as despesas financeiras.

Embargos de declaração opostos e acolhidos para sanar omissão, sem efeitos modificativos (fl. 732 e-STJ).

A recorrente sustenta afronta aos arts. 489, § 1º, 490, 492 e 1.022, I e II, do CPC/2015 alegando ausência de efetivo debate das questões suscitadas para pré-questionamento.

Aponta violação dos arts. 1º, § 1, 3º, II e V, das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003 e 374 do Decreto n. 3.000/1999 requerendo, em síntese, o reconhecimento do direito da recorrente à manutenção e aproveitamento dos créditos de COFINS e PIS incidentes sobre as despesas financeiras pagas e incorridas no exercício das suas

atividades sociais (e o respectivo direito à compensação) ou que se afaste a tributação das receitas financeiras implementadas.

Aduz ainda ofensa aos arts. 27, *caput*, e § 2º, da Lei n. 10.865/2004; 11, II, *c*, da Lei Complementar n. 95/1998 e 97, II e IV, do CTN pugnando pelo creditamento sobre despesas de mesma natureza ou, ao menos, se entenda pela ilegalidade da tributação das receitas financeiras implementada pelo Decreto n. 8.246/2015, visto que a majoração/fixação da alíquota deu-se por meio de decreto, e não de lei, o que afronta o princípio da legalidade tributária.

Sem contrarrazões.

Decisão de admissibilidade a fls. 834/835 e-STJ.

Verifica-se que a discussão contém tema com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, já sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Tema 939, RREE ns. 986.296/PR e 1.043.313/RS, DJe 20/3/2017).

Embora a existência de repercussão geral pela Corte Suprema não imponha o sobrestamento do Recurso Especial em matéria idêntica, inexistindo óbice a que esta Corte determine a devolução dos autos à origem para a observância do art. 1.040 do Código Fux.

Assim, encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário acima identificado, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator